
Município de Alpiarça

Órgão: Assembleia Municipal

Ata N.º 3/2025

28 de abril de 2025

Assunto: Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Início da reunião: 18h55m	Término da reunião: 21h42
----------------------------------	----------------------------------

Presidente:

Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira

Secretários:

Alzira Maria Nunes Marques Agostinho

Artur Fernandes Sanfona

Deputados:

1. Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira (Partido Socialista) -----
2. Mário Fernando Atracado Pereira (Coligação Democrática Unitária) -----
3. Alzira Maria Nunes Marques Agostinho (Partido Socialista) -----
4. João Pedro Antunes Osório (Coligação Democrática Unitária) -----
5. Abel Ferreira Melro Pedro (Partido Socialista) -----
6. Celestino Tomás Brasileiro (Coligação Democrática Unitária) -----
7. Paulo Jorge Pereira Cardoso Bento (Partido Socialista) -----

8. Marta Sofia de Oliveira Piscalho (Partido Socialista) -----
9. Ana Rita Fernandes (Coligação Democrática Unitária) -----
10. Artur Fernandes Sanfona (Partido Socialista) -----
11. Anabela Feliciano da Costa (Coligação Democrática Unitária) -----
12. Miguel Ângelo Félix Miranda (Coligação Democrática Unitária) -----
13. Tiago Carvalho Rodrigues (Todos por Alpiarça) -----
14. Jorge Manuel Pereira da Costa (Representante da Junta de Freguesia) -----

Executivo Municipal:

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

Jorge Manuel Claudino de Freitas

Fernanda Precaté Amorim Cardigo

--- **A Ordem do Dia foi a seguinte:** -----

--- **Ponto 01 – Informação escrita da Sra. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento.** -----

--- **Ponto 02 – Proposta de aprovação do Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes do Município de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 03 – Prestação de Contas do Ano de 2024. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 04 – Leitura, discussão e votação da Ata da Assembleia Municipal realizada no dia 17 de fevereiro de 2025. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 05 – Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para deliberação.** -----

--- **“Voto de Pesar pelo falecimento do Engenheiro João Cravinho”, apresentada pelo senhor Deputado Artur Sanfona, da Bancada do PS.** -----

--- **“Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco”, apresentado pela senhora Deputada Alzira Agostinho, da Bancada do PS.** -----

--- A sessão foi aberta pela senhora Presidente da Assembleia Municipal (AM) eram dezoito horas e cinquenta e cinco minutos. -----

--- A senhora Presidente da AM começou por dar nota dos pedidos de substituição apresentados por membros da Assembleia, informando estarem ausentes as senhoras deputadas Rita Conim e Ana d’Almeida.

--- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições e dando a palavra aos munícipes que manifestaram a sua intenção de intervir. Não foram registados pedidos de intervenção. -----

--- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- Aberto este período pela senhora Presidente da AM, foi dada a palavra ao senhor Deputado João Osório, que começou por renovar uma solicitação efetuada anteriormente, por *e-mail*, para que lhe seja facultada uma cópia do relatório que inclui o valor do património, identificação dos imóveis e respetivas avaliações, no referente ao processo de liquidação da AgroAlpiarça. Depois, abordou os aumentos astronómicos que se têm verificado nos últimos meses nas faturas que dizem respeito à recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos no concelho, verificando-se que, em apenas três meses, a faturação da água conheceu um incremento médio de 2,83%, enquanto que os resíduos sólidos tiveram uma variação de 42,86%. Tendo a bancada da CDU sempre se manifestado contra a concessão operada ao nível dos resíduos sólidos urbanos, e volvido este período, declarou que este incremento significativo em termos de valor cobrado aos utentes não tem sido acompanhado por um aumento visível da qualidade do serviço prestado, pelo que a CDU continuará a defender o retorno deste serviço para a esfera da gestão municipal, garantindo assim tarifas justas e um serviço público de qualidade. Ademais, frisou que, apesar de este serviço de recolha de resíduos estar atualmente concessionado a uma entidade externa, a Câmara Municipal, aparentemente, continua a ter um veículo com dois funcionários que segue atrás dos camiões do lixo desta entidade, procedendo à recolha dos resíduos que são deixados nas zonas envolventes aos contentores. Relativamente ao anúncio efetuado pela Presidente da Câmara no dia 25 de abril, segundo o qual o novo Centro de Saúde irá abrir durante o mês de agosto, e tendo em consideração uma afirmação produzida pelo Secretário Geral do PCP, Paulo Raimundo, em debate televisivo, referindo que está, neste momento, a ser despendida uma verba significativa para construção de novas unidades de saúde, supostamente para serem alocadas ao serviço privado, questionou se a Presidente da Câmara está em posição de garantir à população de Alpiarça que a gestão do novo Centro de Saúde será feita através do Serviço Nacional de Saúde, sublinhando que, na perspetiva da CDU, a saúde é um direito fundamental de todos os cidadãos, que nunca poderá ser tratado como um negócio. -----

--- Usou da palavra a senhora Deputada Alzira Agostinho, que fez uma referência positiva às comemorações do 25 de abril em Alpiarça, um momento partilhado por todos, de forma plena e alegre, com atividades para todas as faixas etárias, a nível cultural e desportivo, comemorando, acima de tudo, aquilo que é mais precioso, a liberdade. No âmbito destas comemorações, realçou com particular agrado a inauguração da estátua que homenageia os resistentes antifascistas, declarando que se impunha que Alpiarça tivesse um

monumento que não deixasse cair no esquecimento todos aqueles que tiveram a coragem de dizer “não”, num período em que o normal e aceitável era dizer “sim”, reconhecendo-se, publicamente, e de forma impactante, a resistência destes cidadãos e famílias. Endereçou um agradecimento e louvor ao artista que produziu a escultura, que pela sua própria vivência pessoal também soube transmitir em cada rosto e feição os sentimentos daqueles resistentes. Também saudou o Executivo por não ter desistido deste projeto, apesar de todos os constrangimentos e vicissitudes, sendo que este será deveras essencial para explicar e fazer entender às novas gerações o significado das conquistas alcançadas naquele período histórico. -----

--- Interveio, em seguida, o senhor Deputado Tiago Rodrigues, que chamou a atenção para alguns fenómenos que têm continuado a resultar na mortandade de peixes na barragem. Ultrapassado um período de forte precipitação em que o nível da água na barragem ultrapassou o normal, verifica-se que a água continua muito pouco oxigenada, pelo que questionou se a Câmara Municipal possui algum plano para uma eventual intervenção na barragem, que estando praticamente na sua quota máxima, seria uma ótima oportunidade para avaliar uma forma eficiente e saudável para preservar aquela água. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Abel Pedro que, no seguimento da intervenção da deputada Alzira Agostinho, felicitou o Executivo da Câmara Municipal pela ênfase que tem dado, não só nas comemorações do 25 de abril, mas também em outras festividades e eventos, como o Dia do Concelho, ao justo reconhecimento a personalidades que muito deram ao Concelho de Alpiarça e contribuíram para o seu desenvolvimento. Além destes eventos, realçou o conjunto de obras e intervenções em curso, prova inequívoca da dinâmica e vitalidade do Executivo. -----

---- Depois, interveio o senhor Deputado Celestino Brasileiro que também centrou a sua intervenção nas comemorações do 25 de abril, no que foi a invocação dos cinquenta e um anos desde a revolução que devolveu aos portugueses a liberdade, através de um sistema democrático, sendo cada vez mais premente relembrar o profundo significado dessa data. Salientou que, em vários momentos do pós-25 de abril, a autarquia foi homenageando muitos resistentes antifascistas, com a estátua ora inaugurada a constituir uma justa homenagem que muito honra todos os Alpiarcenses que durante anos lutaram pela liberdade de um povo, trazendo igualmente à lembrança as respetivas famílias, que sofreram com esta luta e pela repressão que imperava no regime fascista. Enfatizou ser cada vez mais importante continuar a relembrar e a defender – não só nestes momentos evocativos – o significado do 25 de abril, uma vez que alguns traços do anterior regime parecem estar a querer renascer, assistindo-se a coisas no país que seriam impensáveis há dez ou quinze anos. Neste contexto, declarou ser responsabilidade de todos, mas em particular daqueles que esta estátua recentemente inaugurada representa, encontrar forma de chegar às gerações mais jovens para lhes transmitir, adequadamente, os valores de abril, de modo a que o país como um todo nunca retroceda naquilo que conquistou há cinquenta e um anos. Depois, alertou para algumas situações de inundações causadas pelas chuvas torrenciais que se fizeram sentir, chamando a atenção para a necessidade de acautelar

oportunamente estas circunstâncias, viabilizando o adequado escoamento das águas pluviais através da limpeza prévia de valetas e condutas. Finalmente, indicou que o terreno na feira, onde costuma estar implantado o espaço da Reserva do Cavalo do Sorraia, oferecido pelo proprietário à Câmara Municipal, se encontra com ervas altíssimas e bastante desagradável à vista, pelo que deixou o apelo para uma pronta intervenção dos serviços do Município. -----

--- A senhora Deputada Anabela Costa, no uso da palavra, e partilhando da preocupação do deputado Celestino Brasileiro em relação às recentes e recorrentes inundações, apontou o exemplo concreto da denominada estrada do campo, afirmando que as inundações ocorridas resultam de uma terraplanagem mal executada naqueles terrenos, com o escoamento das águas na direção da estrada, e não na direção da vala. Perante este cenário, deixou o repto para que o Executivo Camarário possa tomar diligências para tentar, junto do proprietário, resolver, ou pelo menos minorar este problema.

---- Para resposta às questões colocadas pelos membros da Assembleia, a senhora Presidente da AM deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que, num ponto prévio, começou por justificar publicamente a razão pela qual a presente sessão da Assembleia Municipal se realiza em moldes um pouco diferentes dos habituais, sem projeção e transmissão via internet, por força da situação internacional de condicionamento de fornecimento de energia elétrica, apesar de terem sido feitos esforços para garantir as condições técnicas indispensáveis para que esta reunião se pudesse realizar, estando igualmente precavida a elaboração da respetiva ata. Respondendo ao deputado João Osório, confessou não ter memória de qualquer *e-mail* remetido a solicitar o relatório referente ao património da AgroAlpiarça, assegurando, no entanto, que tal documento será enviado ao deputado, ou diretamente, ou através da Mesa da Assembleia. Relativamente aos aumentos observados nos valores cobrados na recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho, indexados à fatura da água, declarou que, em Assembleias Municipais anteriores, já teve a oportunidade de se pronunciar extensamente acerca das razões que levaram o Município de Alpiarça a tomar esta opção de assegurar este serviço à população, não diretamente, mas por via da Ecoléziria, por um conjunto de opções políticas que foram assumidas nos mandatos anteriores, mas que não tinham o devido enquadramento na Lei. A este respeito, assinalou que a evolução do tarifário aplicado à recolha de resíduos sólidos nos três mandatos anteriores, sob a governação da CDU, não cumpriu as indicações da ERSAR – embora sem força de Lei – nem acompanhou a evolução dos custos operacionais ao longo dos anos, não garantindo os princípios de equidade que, objetivamente, deveriam ser aplicados, sendo que esta comparticipação indiferenciada do Município neste serviço beneficiava, sobretudo, os maiores produtores de resíduos. Tal circunstância, aliada aos naturais fatores de desgaste dos equipamentos, à impossibilidade de manutenção adequada de veículos completamente obsoletos, às dificuldades crescentes sentidas na deposição dos resíduos em aterro e aos crescentes custos operacionais, criou uma condição objetiva de incapacidade por parte do Município para fazer face, em condições de igualdade com outros Municípios da região, à prestação deste serviço. Assim, e

em alternativa, concluiu-se que seria mais benéfico e vantajoso delegar a prestação deste serviço essencial na Ecoléziria, à semelhança da opção tomada anteriormente pelos Municípios de Almeirim e Coruche, beneficiando de condições muito melhores, com viaturas novas, com outra capacidade, e com recursos humanos adequados para o cumprimento destas funções, mediante a aplicação de um tarifário em tudo semelhante àquele que já é praticado em grande parte dos Municípios, não só do universo da Ecoléziria, mas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Por outro lado, explanou que os Municípios que não optaram por esta solução e que mantiveram sob a sua alçada direta a prestação deste serviço puderam tomar esta opção política legítima visto que foram atualizando o seu próprio tarifário ao longo dos anos, fazendo-o corresponder a valores muito próximos dos praticados pela Ecoléziria, garantindo assim uma capacidade financeira e operacional para assumir e manter este serviço com a qualidade exigível. Reiterando que o tarifário dos resíduos sólidos está indexado ao consumo de água, declarou não ser de toda circunstância estranha os aumentos verificados nos valores cobrados, uma vez que o tarifário não foi atualizado nos doze anos de governação da CDU na Câmara Municipal. Reconhecendo o impacto súbito na população, referiu ser expetativa da Câmara Municipal que os cidadãos possam de alguma forma adequar os seus consumos de água em função desta atualização tarifária, conduzindo a uma utilização mais consciente e responsável deste bem essencial, sabendo-se de antemão a consequência que daí advém para o valor cobrado em termos de resíduos sólidos urbanos. Além disso, uma segunda expetativa do Município passa necessariamente pela melhoria da qualidade do serviço prestado, comparativamente com aquilo que se tornou norma nos anos anteriores, com todos os constrangimentos que advieram da utilização de equipamentos obsoletos e da falta de investimento na renovação e melhoria dos mesmos. Adiantou que da avaliação que tem sido feita pela autarquia até este momento, observa-se uma melhoria substancial da qualidade do serviço, sobretudo no que respeita à recolha dos resíduos e higienização das zonas envolventes aos contentores. Em relação ao veículo com dois funcionários, mencionado pelo deputado João Osório, explicou que estes colaboradores não têm indicações para seguir o camião da Ecoléziria para recolher resíduos deixados junto aos contentores, mas tão somente para proceder à recolha de monos, mediante solicitação dos próprios munícipes. Relativamente ao novo Centro de Saúde, revelou desconhecer por completo qualquer alteração ao que seria o seu propósito original em termos de gestão, sendo que o Município de Alpiarça não recebeu qualquer indicação no sentido da alteração destes pressupostos. Enquadrando este tema, explicou que, numa primeira fase, o Governo tinha perspetivado a libertação de algumas verbas para se proceder a pequenas reparações na unidade de saúde existente. No entanto, acabou por ser avaliada com o Governo a possibilidade de construção de um novo Centro de Saúde de raiz, com uma possível candidatura passível de ser enquadrada ao nível do financiamento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, ficando o concelho dotado de um equipamento moderno, adequado às necessidades da população e dos profissionais de saúde e preparado para dar resposta a estas. Porém, atendendo a que a unidade de saúde ficou apenas com uma

médica, em virtude da aposentação de dois profissionais e da saída da coordenadora, por razões pessoais, foi necessário articular com o Ministério da Saúde a implementação de medidas para garantir uma maior capacidade de atração e fixação de profissionais médicos no Centro de Saúde, por forma a alcançar as metas definidas e necessárias para uma transição desta Unidade de Saúde Familiar para Tipo B, com incentivos mais interessantes do ponto de vista remuneratório. Assim, e tendo sido alcançadas estas metas, não se conhece atualmente qualquer manifestação de intenção por parte do Governo para alterar estes pressupostos. Corrigindo a afirmação do deputado João Osório, referiu que, muito provavelmente, a intervenção no novo Centro de Saúde estará concluída em agosto, o que não significa necessariamente que nesse mesmo mês este equipamento abra portas e entre em funcionamento, uma vez que depois será necessário transitar todos os equipamentos e serviços para estas novas instalações. Agradeceu à deputada Alzira Agostinho as considerações tecidas acerca das comemorações do 25 de abril em Alpiarça, afirmando – também em resposta às intervenções de outros deputados sobre este mesmo tema – que a Câmara Municipal partilha integralmente dessa mesma preocupação, urgência e determinação de continuar a relembrar o significado desta data histórica e a avivar um conjunto de valores que, infelizmente, têm sido alvo de feroz ataque. Relativamente à inauguração da estátua que homenageia a resistência antifascista e os cidadãos que participaram nesta luta, declarou que esta homenagem, sobretudo ao povo de Alpiarça, tem muito pouco de político, e nada de partidário, tendo por objetivo primário reconhecer e enaltecer os cidadãos, as famílias, todos aqueles que, de alguma forma, acolheram e defenderam os resistentes antifascistas, cada cidadão, mais ou menos anónimo, que se possa rever nos rostos que ficaram imortalizados naquela obra escultórica. Passando para a intervenção do deputado Tiago Rodrigues, explicou que, ao longo do corrente mandato, a Câmara Municipal tem efetuado um conjunto de análises à situação atual da albufeira, preparando uma intervenção a ser levada a cabo naquele espaço. Clarificou que a principal preocupação da Câmara Municipal reside, não propriamente no aspeto estético, mas sobretudo na vertente da qualidade da água, por força da agricultura intensiva nas imediações e consequentes escorrências para a massa de água. Assim, torna-se unânime e transversal a preocupação com a preservação daquela massa de água, de forma a que ela se mantenha com qualidade e que possa ser usufruída no âmbito de um conjunto de atividades desportivas, ou de qualquer outro cariz, promovidas pelo movimento associativo, contribuindo assim para o potencial turístico do concelho. Neste contexto, informou que irá ser lançado um procedimento para adjudicação de um projeto, elaborado em articulação com a Universidade de Lisboa, que visa a concretização de algumas intervenções relevantes na barragem. Passando para um outro tema abordado, fez notar que as inundações pontuais resultantes da ocorrência de chuvas torrenciais têm acontecido sistematicamente, nos mesmos locais, há várias décadas, uma circunstância que acabou por ser agravada por algumas intervenções em terrenos agrícolas, como o arranque de vinhas ou a cobertura de valas. Indo ao encontro do repto deixado nas intervenções dos deputados, indicou que a Câmara Municipal tem dialogado com vários proprietários,

com o intuito de aferir a sua disponibilidade para colaborar com o Município na resolução deste problema, no que concerne a intervenções que sejam necessárias nas suas propriedades, sobretudo no que respeita ao desimpedimento de valas ou a lavra de alguns terrenos num sentido diferente, de modo a que a água encaminhe para o interior das propriedades, e não para a estrada. Mencionou, a título de exemplo, que os serviços da Câmara Municipal desenharam um projeto de intervenção para a Rua Pedro Álvares Cabral, que implicará na instalação de uma conduta mais larga, intervenção que avançará assim que as condições meteorológicas sejam mais favoráveis. Relativamente às inundações verificadas em outras zonas do concelho, assegurou que as valinhas e os sumidouros têm vindo a ser limpos regularmente, sendo que, no entanto, a escorrência das águas pluviais arrasta consigo lamas e outros detritos que, inevitavelmente acabam por obstruir estes canais. Aproveitou para informar que a Câmara Municipal também está a lançar um procedimento para limpeza de valinhas na área urbana, financiado pelo Fundo Ambiental. Em relação à Estrada Nacional 368, revelou que já foram encetados contactos com os proprietários dos terrenos confinantes, para aferir da possibilidade de contar com o seu auxílio para a implementação de algumas medidas passíveis de minorar o problema das inundações, tendo sido reportado que, anteriormente, foi colocada a hipótese de se instalar uma conduta sob a estrada nacional, que permitisse desviar o curso da água para outra zona, uma solução que se encontra a ser estudada e equacionada. Finalmente, referiu terem sido igualmente encetadas conversações com o Município de Almeirim, com vista à repintura da sinalização horizontal desta estrada, por forma a melhorar a segurança rodoviária no local. -----

--- Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos da reunião. -----

--- ORDEM DO DIA -----

--- **Ponto 01 – Informação escrita da Sra. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento.** -----

--- A senhora Presidente da AM introduziu este ponto, dando a palavra aos membros da Assembleia que desejassem intervir. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado João Osório que teceu um breve comentário acerca da ausência, na informação escrita distribuída pelos membros da Assembleia, de uma referência a uma data relevante para o Município, o Dia do Concelho, celebrado no dia 2 de abril. -----

--- Não se registando mais pedidos de intervenção neste ponto, a senhora Presidente da AM passou de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento da informação escrita da senhora Presidente da Câmara. -----

--- Ponto 02 – Proposta de aprovação do Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes do Município de Alpiarça. Para deliberação. -----

--- Com a devida autorização da senhora Presidente da AM, a senhora Presidente da Câmara passou a apresentar este ponto, explicando que, em parceria com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, a Câmara Municipal de Alpiarça tem vindo a diligenciar, com recurso a financiamento do PRR, um conjunto de projetos, tendo surgido agora a oportunidade de trabalhar esta questão dos territórios inteligentes, culminando neste plano que ora se submete à apreciação da Assembleia Municipal. Indicou que os projetos enquadrados neste plano incidem, fundamentalmente, nas questões relacionadas com uma gestão mais eficiente e inteligente dos recursos do Município, governança, sociedade, mobilidade, ambiente, qualidade de vida, entre outras áreas. Acrescentou que algumas das propostas estão, diretamente, relacionadas com o próprio Plano Estratégico de Turismo Sustentável, o qual identifica um conjunto de oportunidades para o turismo que podem ser potenciadas recorrendo a estas operações, além de investimentos no ciclo urbano da água, promoção do desenvolvimento social e económico, gestão de resíduos, apoio ao emprego e formação, entre outros. Neste contexto, irá ser criada uma plataforma de gestão urbana integrada, que irá permitir, por exemplo, monitorizar os consumos de água e de energia nos edifícios municipais, gerir de forma mais eficiente os sistemas de rega, medir a qualidade do ar e o ruído, gerir melhor as zonas verdes e melhorar os serviços *online* ao próprio munícipe. Face ao exposto, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação deste plano, que foi trabalhado em consonância com a Comunidade Intermunicipal e que, subsequentemente, enquadrará as candidaturas a serem apresentadas neste âmbito. -----

---- Pediu a palavra o senhor Deputado Tiago Rodrigues, que expôs algumas dúvidas que subsistiram da análise deste documento distribuído, questionando, em primeiro lugar, se o diagnóstico mencionado, relativamente às necessidades do concelho, já foi produzido, ou se ainda se encontra em fase de elaboração. Estando outro dos pontos relacionado com o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Alpiarça, indagou se já existe uma previsão para a conclusão do mesmo. No que concerne à gestão de resíduos, perguntou se o plano em apreço comporta a reciclagem de resíduos, ou se cinge apenas ao transporte destes para outro local. Por fim, questionou quais as medidas previstas no âmbito da promoção da mobilidade urbana sustentável, e de que forma irão estas ser implementadas a nível local. -----

--- Para resposta, foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, que principiou por explicar que o diagnóstico mencionado, relativamente a este plano em concreto, que enquadra os projetos que irão ser posteriormente candidatados, tem sido devidamente acompanhado por uma equipa da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, multidisciplinar e multimunicipal, um grupo de trabalho que vai definindo as condições para que se cumpram os requisitos de acesso a este tipo de investimento, a ser concretizado ao nível da CIM, de forma conjunta, embora com parâmetros definidos para cada um dos Municípios aderentes. Relativamente ao Plano Diretor Municipal, enquanto documento orientador e estratégico, indicou

que, no âmbito do processo de revisão, a Câmara Municipal deu resposta cabal a todas as questões formuladas no último parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, no que respeita à determinação da Reserva Ecológica Nacional. Após validação da APA, com consequente parecer favorável, estarão criadas as condições para que a proposta de PDM seja trazida à Assembleia Municipal e submetida a consulta pública, havendo a perspetiva de que este processo possa ser concluído durante o presente ano. Depois, em relação às questões colocadas na vertente da gestão de resíduos, explicou que o que se perspetiva é que haja capacidade, a longo prazo, de monitorizar a quantidade e tipologia de resíduos produzidos, mediante a implementação de mecanismos e instrumentos para essa medição. Chamou a atenção para os desafios que os Municípios enfrentam atualmente, nestes aspetos relacionados com os resíduos e de conformidade com as diretivas da União Europeia, referindo que os projetos-piloto em curso não contemplam a recolha de biorresíduos, e que não existe ainda uma solução fechada relativamente ao depósito de resíduos, com o encerramento iminente do aterro, pelo que se constata um atraso substancial nestas matérias. Já no referente à mobilidade urbana sustentável, a CIM está a criar uma empresa intermunicipal, exclusivamente pública, para exploração dos transportes rodoviários no espaço da Lezíria. Concluído o processo de aquisição do terminal de transportes, esta empresa encontra-se agora em processo de aquisição de autocarros, com uma percentagem significativa de viaturas elétricas. Concluindo, esclareceu que o presente plano permite a criação de soluções para as mais variadas áreas, podendo cada Município investir nas componentes que melhor sirvam os seus interesses e necessidades, em função da sua dimensão ou do tipo de serviços que pretende assegurar e monitorizar. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 03 – Prestação de Contas do Ano de 2024. Para deliberação.** -----

--- Pediu a palavra, para um ponto prévio, o senhor Deputado João Osório, que indagou acerca do teor das alterações produzidas ao documento em apreço, conforme reportado no início da presente sessão. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, em resposta, passou a elencar o conjunto de alterações que foram introduzidas, e que se prendem sobretudo com aspetos linguísticos, correção de gralhas e supressão de algumas repetições. -----

--- Usou da palavra o senhor Deputado João Osório que assinalou o facto de o relatório do revisor oficial de contas não ter sido enviado para os deputados, o que prejudica a rigorosa análise da documentação adstrita a este ponto da ordem de trabalhos, tendo a senhora Presidente da AM suscitado a possibilidade de se suspenderem temporariamente os trabalhos da Assembleia para que o relatório mencionado possa ser distribuído e analisado pelos deputados. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Mário Pereira que, manifestando a sua compreensão para com este lapso no envio de documentação, indagando se semelhante compreensão poderia ser demonstrada pela

Mesa da Assembleia, neste que é o órgão de discussão política por excelência no Concelho de Alpiarça, permitindo-lhe intervir, neste ponto, acerca de alguns dos temas abordados no período antes da ordem do dia, designadamente no que respeita a alguns dos esclarecimentos prestados pela senhora Presidente da Câmara.

--- A senhora Presidente da AM, em resposta, declarou que o período antes da ordem do dia já tinha sido dado como concluído e encerrado, pelo que não seria pertinente retomar neste ponto da ordem de trabalhos o debate acerca dos temas abordados nesse período, deixando o repto para que os deputados da CDU possam, eventualmente, gerir melhor o tempo disponível para as suas intervenções em cada um dos períodos.-----

--- Mediante proposta da senhora Presidente da AM, os elementos da Assembleia concordaram, por unanimidade, na suspensão dos trabalhos por um período de dez minutos, para análise do documento complementar “Relatório do revisor oficial de contas”. -----

--- Retomados os trabalhos, foi dada a palavra ao senhor Deputado Mário Pereira que salientou ser importante perceber a origem da falha na entrega do documento mencionado. Tendo a senhora Presidente da Câmara respondido que, como certamente será do conhecimento do deputado da CDU, o link com os documentos é disponibilizado pelos serviços de apoio ao Executivo. O deputado Mário Pereira declarou que, em conclusão e última análise, a responsabilidade por este lapso é tanto da Presidente da Câmara, que dirige os serviços camarários, como da Presidente da Mesa da Assembleia, visto estarem em causa documentos a serem apreciados pelo órgão deliberativo. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado João Osório que, passando para a análise do relatório de contas propriamente dito, chamou a atenção, em primeiro lugar, para o mapa de demonstração dos resultados, em que se apresenta um resultado líquido positivo do exercício de 1.234.287,30€, resultado este influenciado pela alienação do prédio na Avenida de Berna (Lisboa), sem o qual o resultado do exercício seria negativo, em 1.105.712,70€, uma agravante daquele que foi o resultado líquido negativo do exercício de 2023, de 570.507,64€. Perante estes números, e tendo a Presidente da Câmara outrora afirmado que os rendimentos obtidos pela alienação deste imóvel não entravam nas contas da Câmara Municipal, expressou a sua preocupação com o que são, na prática, dois resultados líquidos negativos sucessivos, com valor expressivo. Partilhou, igualmente, a sua preocupação com a escalada dos encargos com pessoal, verificando-se um aumento, em 2024, na ordem dos 12,52%, comparativamente com o exercício de 2023. Aludindo às justificações apresentadas pela Presidente da Câmara aquando da discussão do relatório de gestão do exercício de 2023, fez notar que as atualizações salariais dos trabalhadores em funções públicas decerto não atingiram esta percentagem de 12,52%, estranhando-se que alguns “iluminados” que costumavam estar tão preocupados com o incremento dos gastos com pessoal *per capita* se remetam agora ao silêncio. Em relação ao fornecimento de serviços externos, o valor despendido passou de 2.176.000€, em 2023, para 2.605.000€,

em 2024, consubstanciando um incremento de 19,7%. Sublinhando o nível de rigor que deve presidir à elaboração de um relatório de gestão, questionou quais as metodologias utilizadas para aferir o número de participantes nos vários eventos promovidos pela Câmara Municipal, como o desfile de carnaval, a celebração do 25 de abril ou a comemoração do Dia Internacional da Mulher, para citar apenas alguns exemplos. Como nota final, manifestou-se preocupado com o decréscimo no número de visitas à Casa Museu dos Patudos. -----

--- Para responder às questões colocadas, foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara que enfatizou, primariamente, o facto de ser este o primeiro relatório do revisor oficial de contas, desde há muito tempo, que é apresentado sem qualquer reparo ou reserva à prestação de contas da autarquia, dado bem demonstrativo do rigor com que o Município de Alpiarça tem sido gerido no presente mandato. Realçou a preocupação reiterada em ir paulatinamente abatendo a dívida municipal e equilibrando as contas do Município, relativamente às opções políticas de investimento e de desenvolvimento de um conjunto de projetos. Em relação aos níveis de execução de determinados investimentos, recordou que a Câmara Municipal está sujeita a um conjunto de constrangimentos externos, que se manifestam desde a fase de conceção dos respetivos projetos, até às eventuais delongas na elaboração dos mesmos e consequente validação por parte das entidades competentes, avaliação dos processos de candidatura a financiamento comunitário, lançamento de procedimentos concursais com vista à sua adjudicação e, sobretudo, na sua concretização. Neste contexto, relembrou que o atual Executivo do Partido Socialista tomou posse na Câmara Municipal de Alpiarça num período em que o quadro comunitário vigente estava praticamente encerrado, não tendo sido herdado qualquer projeto que estivesse preparado ou em carteira para poder avançar, no decurso da distribuição de verbas remanescentes ao abrigo desse mesmo quadro comunitário. Sublinhou, no entanto, aquilo que considera ser resultados manifestamente positivos, fruto de uma rigorosa gestão orçamental e dos dinheiros públicos, materializada nas opções políticas que foram sendo tomadas. No que concerne aos encargos com pessoal, manifestou-se surpreendida com a reiterada dificuldade evidenciada pelos eleitos da CDU em compreender o esforço que a autarquia tem feito aos mais variados níveis, não só para reforçar o seu quadro de pessoal com técnicos qualificados, cujo trabalho permite diminuir substancialmente o recurso a entidades externas para a prestação de determinados serviços, mas também para melhorar as condições dos seus trabalhadores, acompanhando a legislação nacional que vai sendo produzida, em particular no que diz respeito à evolução do quadro de remunerações dos funcionários públicos. Além disso, houve a preocupação, por parte do atual Executivo, em regularizar algumas situações relativas à adequação das categorias profissionais, em cumprir estritamente aquilo que a Lei impõe em termos de pagamento de horas extraordinárias e em proceder de imediato a todas as atualizações salariais, nomeadamente no que respeita ao aumento do ordenado mínimo nacional, medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas impostas e medidas especiais de aceleração do desenvolvimento das

carreiras, todas estas com repercussões também ao nível dos encargos com a Segurança Social e abonos variáveis ou permanentes. Perante o exposto, explicou que, embora tenha havido, de facto, uma aposta clara numa política de contratação visando o robustecimento de um quadro de pessoal que se encontrava descapitalizado, o grosso do incremento verificado na rubrica de encargos com recursos humanos prende-se, efetivamente, com as atualizações e medidas anteriormente descritas, as quais a Câmara Municipal de Alpiarça aplicou escrupulosamente, sem quaisquer rodeios ou subterfúgios. Em relação à atual capacidade de endividamento do Município, argumentou que, além de ser também um inequívoco sinal do rigor e responsabilidade da gestão financeira, tal margem de financiamento bancário irá ser preponderante para a assunção de determinados projetos cofinanciados, para fazer face à componente nacional sob a responsabilidade da autarquia, privilegiando, desta forma, projetos estruturantes que potencialmente possam ter um impacto mais significativo na qualidade de vida da população. Acrescentou que, no caso dos arranjos exteriores do novo Centro de Saúde, que não eram financiados pelo PRR e para os quais a autarquia contratou um empréstimo, o bom nível de execução de projetos por parte da autarquia – e deste, em particular – permite-lhe ir buscar alguns fundos comunitários remanescentes em *overbooking* – por inexecução de alguns outros investimentos comparticipados, aprovados para diferentes Municípios, muito por força de uma sobrecarga e incapacidade de resposta ao nível da mão de obra qualificada – os quais serão canalizados para estes arranjos exteriores. Quanto aos números referentes à participação nos eventos e iniciativas promovidas pela Câmara Municipal, esclareceu tratar-se de uma mera estimativa efetuada, um elemento preponderante para a avaliação do impacto e recetividade das mesmas. Relativamente ao número de visitas à Casa Museu dos Patudos, indicou que a Câmara Municipal, ao longo dos últimos três anos, tem vindo a dinamizar, a promover e a divulgar exatamente o mesmo programa de atividades que já vinha do passado, com a galeria da Casa dos Patudos a acolher exposições contínuas ao longo do ano, evidenciando-se uma maior preocupação em centrar toda a atividade no que, efetivamente, gira em torno da Casa dos Patudos, pelo que o decréscimo verificado em termos de visitação poderá ser um fenómeno eventualmente associado a uma multiplicidade de outras ofertas, mesmo dentro do próprio território, não sendo negligenciável, por exemplo, a crescente procura que se tem observado no espaço da Reserva do Cavalo do Sorraia. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado João Osório, assinalando que a menção da Presidente da Câmara a uma gestão cuidada e pautada pelo rigor parece não ser acompanhada pelos dados constantes na análise orçamental da despesa, observando-se que a execução das despesas de capital se quedou pelos 43,15%. Nesta sequência, também solicitou um esclarecimento acerca do valor corrigido na rubrica de aquisição de bens de capital, que ascendeu a quase 8.000.000€, fazendo com que o grau de execução se ficasse pelos 43%. Relativamente à demonstração de resultados, e ao resultado líquido positivo do exercício de 2024, desafiou a Presidente da Câmara a concretizar quais os outros rendimentos que influenciaram este resultado

positivo de 1.234.278,30€. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, em resposta, assinalou que o próprio deputado João Osório já anteriormente fez referência aos outros rendimentos que, alegadamente, impactaram no resultado líquido positivo apresentado, pelo que a sua questão se torna, no mínimo, redundante. Sobre o menor grau de execução da despesa de investimento, e conforme já previamente explanado, explicou que a concretização de determinados projetos de investimento está, muitas vezes, sujeita a constrangimentos absolutamente alheios à Câmara Municipal, entre os quais a delonga na validação dos projetos ou na abertura de avisos para candidaturas a fundos comunitários, ou outras limitações em termos de mercado e mão de obra. Sabendo-se de antemão que um Município da dimensão de Alpiarça precisa, obrigatoriamente, de estruturar a sua despesa de investimento com base em oportunidades de cofinanciamento comunitário, assegurou que a Câmara Municipal avançou com todos os projetos que se encontravam devidamente elaborados e maturados, sendo que o desenvolvimento de outros depende de pareceres de entidades externas, como a Segurança Social ou a DGEstE, ou eventualmente da reformulação dos próprios avisos para darem cabimento ao que foi projetado. Apontou como exemplo objetivo a obra de refuncionalização do edifício para a nova creche, cujo projeto estava dependente, até há relativamente pouco tempo, de um parecer favorável da Segurança Social, condicionado a uma exigência de reformulação do projeto mediante uma alteração que impactava somente em quatro centímetros, naquilo que eram as medições elencadas. Chamou também a atenção para o impasse nas negociações com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, com vista à concretização da Estratégia Local de Habitação aprovada para o Município de Alpiarça, nomeadamente no que diz respeito à reabilitação de algumas habitações. Face ao exposto, sublinhou uma vez mais que a execução da despesa, sobretudo na componente de investimento, e quando estão em causa valores mais elevados, está sujeita a diversas condicionantes, que na sua maioria escapam ao controlo da Câmara Municipal, aditando que os projetos prontos a serem lançados e concretizados no presente ano permitirão, certamente, catapultar os níveis de execução orçamental da despesa de capital em 2025. Sobre a questão suscitada pelo deputado João Osório, e que aparentemente se prende com os rendimentos de propriedades, explicou que estes também conheceram um aumento por força dos contratos celebrados relativamente aos terrenos que estavam anteriormente a ser explorados pela AgroAlpiarça. Ademais, vincando que as contas apresentadas são totalmente transparentes, indicou que todas as parcelas que impactam nos rendimentos e, consequentemente, no resultado líquido positivo alcançado no final do exercício de 2024, podem ser prontamente analisadas pelos deputados, uma vez que constam integralmente dos documentos em apreço.

--- Interveio o senhor Deputado Mário Pereira que insistiu no argumento segundo o qual sem o rendimento obtido pela alienação do prédio na Avenida de Berna, o resultado líquido do exercício de 2024 seria negativo em mais de um milhão de euros. -----

--- Em resposta, a senhora Presidente da Câmara esclareceu que o relatório de prestação de contas sobre o

qual incide a discussão neste ponto da ordem de trabalhos contempla um rol de opções políticas que foram assumidas, traduzindo-se num reflexo fidedigno destas mesmas opções, conduzindo a um resultado líquido do exercício que é incontornavelmente positivo. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Mário Pereira que, ressalvando não ser este um aspeto de somenos importância, recordou que a Presidente da Câmara afirmou, em sede de Assembleia Municipal, que o valor obtido com a alienação do imóvel mencionado não entrava nas contas do Município, sendo que o relatório de prestação de contas em apreço vem, afinal, dar razão aos eleitos da CDU quando, em tempo oportuno, contrariaram este argumento, apresentando um resultado que é manifestamente impactado e alterado pelo montante que deriva desta alienação. -----

---Respondendo à intervenção do deputado da CDU, a senhora Presidente da Câmara questionou se este considera um melhor exemplo de gestão rigorosa e responsável aquela que foi efetuada nos mandatos anteriores, e que conduziu à completa degradação do imóvel mencionado, reiterando que o relatório de prestação de contas espelha, convenientemente, as opções políticas assumidas por quem teve coragem de tomar decisões difíceis em prol da defesa dos interesses do Município e do seu património. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor (PS e TPA) e 6 abstenções (CDU). -----

--- O senhor Deputado Tiago Rodrigues, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, através da qual fundamentou o seu voto favorável, não sem antes ressaltar que o relatório do revisor oficial de contas, que facilitou sobremaneira a análise aos documentos de prestação de contas, deveria ter sido remetido atempadamente aos membros da Assembleia. Revelou ter ficado sem compreender, na sequência daquilo que foram as intervenções da bancada da CDU, se os seus eleitos consideram positiva ou negativa a aposta da Câmara Municipal no robustecimento do quadro de pessoal e na concessão de melhores condições aos trabalhadores. Por outro lado, independentemente das opções políticas tomadas e assumidas – quer pelo atual Executivo do Partido Socialista, quer pelo anterior, liderado pela CDU – argumentou que o debate sobre a prestação de contas da autarquia deveria centrar-se, sobretudo, nas conclusões constantes do relatório da entidade que audita estas mesmas contas, as quais espelham o aparente rigor das contas. Acrescentou ser secundário o facto de os resultados líquidos apresentados serem impactados pela alienação de um património imóvel que, na verdade, se encontrava totalmente obsoleto, com grande prejuízo para a Câmara Municipal, facto facilmente comprovável pelos valores transferidos pela anterior gestão da CDU para a Fundação José Relvas, relativos aos rendimentos obtidos desse mesmo património. Finalizando a sua declaração de voto, ressaltou que a mera divergência em matérias como a alienação de património ou a contratação de mais recursos humanos não poderá ser determinante para avaliar ou classificar a gestão da autarquia por parte de um Executivo. -----

--- Usou também da palavra a senhora Deputada Anabela Costa, que apresentou uma declaração de voto em

nome da bancada da CDU, justificando o voto de abstenção com o facto de estar em causa um documento de gestão da autarquia, que apenas responsabiliza o Executivo em funções, de acordo com as opções políticas por este tomadas. Realçou, porém, subsistirem algumas dúvidas acerca das contas apresentadas, em especial no que concerne aos fatores que efetivamente influenciaram o resultado líquido positivo do exercício de 2024. -----

--- Ponto 04 – Leitura, discussão e votação da Ata da Assembleia Municipal realizada no dia 17 de fevereiro de 2025. Para deliberação. -----

--- Deliberação: Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria dos elementos presentes na referida reunião (11 votos a favor e 1 abstenção). -----

--- Ponto 05 – Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para deliberação. -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos membros da Assembleia para apresentação de documentos. -----

--- Foi apresentada um voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro João Cravinho pelo senhor Deputado Artur Sanfona, da Bancada do PS. -----

--- Deliberação: Posto a votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade. -----

--- Foi apresentado um voto de pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, pela senhora Deputada Alzira Agostinho, da Bancada do PS. -----

--- Deliberação: Posto a votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade. -----

--- PERÍODO DO PÚBLICO -----

--- Terminada a Ordem do Dia, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao segundo período destinado à intervenção do público. Não se registaram pedidos de intervenção neste período. -----

--- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Deputada Municipal Alzira Agostinho para leitura da minuta da ata, a qual foi posteriormente colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram vinte e uma horas e quarenta e dois minutos do dia 28 de abril de 2025. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- Presidente da Mesa Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira _____

--- 1ª Secretária Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho _____

--- 2º Secretário Artur Jorge Fernandes Sanfona _____

Alpiarça, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco. -----

A Presidente da Assembleia Municipal _____

1.ª Secretária _____

2.º Secretário _____



Voto de Pesar

Ex. Ministro João Cravinho

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em sessão ordinária no dia 28 de abril, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro João Cravinho, figura ímpar da vida política portuguesa e cidadão exemplar no serviço à causa pública.

João Cravinho distinguiu-se pelo seu notável percurso como ministro em diversos governos constitucionais, nomeadamente nas pastas do Planeamento, Equipamento Social e Obras Públicas, sendo reconhecido como um dos principais impulsionadores das infraestruturas e da modernização do país. Defensor firme da transparência e da ética na política, destacou-se também na luta contra a corrupção, tendo deixado um legado marcante de integridade e compromisso com a coisa pública.

A sua ação, sempre pautada por uma visão estratégica e um profundo sentido de responsabilidade cívica, continuará a ser uma referência para todos os que acreditam num Estado ao serviço dos cidadãos.

A Assembleia Municipal endereça à família, amigos e colegas do Eng. João Cravinho as mais sentidas condolências, associando-se à dor pela perda de uma figura maior da democracia portuguesa.

Alpiarça, 28 de abril de 2025

A Bancada do Partido Socialista



Voto de Pesar

Falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco

Foi com profundo pesar e consternação que o mundo tomou conhecimento do falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, líder da Igreja Católica Apostólica Romana e figura de relevância incontestável no cenário mundial.

O Papa Francisco foi um exemplo de humildade, compaixão e compromisso com os mais necessitados. O seu papado foi marcado por uma incansável busca pela paz, justiça social, diálogo inter-religioso e cuidado com a criação, numa ação constante de unir “todos, todos, todos”. O seu legado transcende fronteiras religiosas, tocando os corações de fiéis e não fiéis em todo o mundo que reconhecem nele o homem justo, fraterno e solidário que usou a sua voz em defesa dos mais desfavorecidos independentemente da sua religião ou credo.

Neste momento de dor e luto, prestamos a nossa solidariedade à Igreja Católica, aos católicos de todo o mundo e a todos aqueles que encontraram consolo e esperança nas suas palavras e gestos, desejando que a sua memória permaneça viva e que o seu exemplo continue a inspirar gerações futuras na construção de um mundo melhor.

Alpiarça, 28 de abril de 2025
A bancada do PS